



COMBATE À POBREZA

Bolsa Família, 20 anos: o desafio permanece

Programa completa duas décadas com a missão de reduzir a insegurança alimentar no Brasil e promover a ascensão social

» MAYARA SOUTO

Com duas décadas de existência, o programa Bolsa Família acumula conquistas relevantes na diminuição da desigualdade social no Brasil. Tirou o país do Mapa da Fome da Organização das Nações Unidas (ONU), em 2014; reduziu a extrema pobreza; e diminuiu a mortalidade infantil.

Atualmente, a política pública beneficia 21,47 milhões de famílias que recebem, em média, R\$ 705,40 por mês. O mínimo por núcleo familiar é R\$ 600, conforme promessa de campanha do presidente da República, Luiz Inácio Lula da Silva.

Lançado no primeiro mandato do petista, o Bolsa Família sobreviveu à histórica instabilidade da política nacional. “Uma das coisas mais importantes da comemoração desses 20 anos é exatamente a perseverança de uma política pública. O Brasil tem histórico de políticas que começam e terminam, e não geram aprendizagem para o aperfeiçoamento da política. Claro que esses anos tivemos algumas interferências, mas o conceito foi mantido”, comenta Sandra Chaves, professora de Nutrição da Universidade Federal da Bahia (UFBA) e coordenadora da Rede Brasileira de Pesquisa em Soberania e Segurança Alimentar e Nutricional (Pessan).

No entanto, a pesquisadora alerta para o desafio que o Brasil enfrenta na insegurança alimentar. Um estudo da Rede Pessan mostra que quando o programa iniciou, em 2004, 9,5% da população brasileira passava fome. O percentual chegou a ficar em 4%, em 2013, mas, no ano passado, alcançou 15,5%.

O Bolsa Família é o maior programa de transferência de renda do Brasil e está associado também a outras políticas públicas, como o da Fome Zero. O benefício garante acesso à educação, saúde e assistência social a todos — as crianças, por exemplo, precisam estar matriculadas regularmente nas escolas e com o esquema vacinal completo. Nesta semana, uma atualização foi feita no programa. O Benefício Variável Familiar Nutriz prevê o pagamento de seis parcelas de R\$ 50 para auxiliar nos primeiros meses de vida de um bebê, garantindo a proteção e qualidade nutricional do mesmo.

Impacto Social

Nos primeiros dois anos do programa, Sandra Chaves fez parte de um grupo de estudos da UFBA que acompanhou alguns beneficiados. “Foi muito interessante ver como o acesso à renda modifica a vida das pessoas, desde a autoestima da mulher, até a qualidade de vida das crianças que passavam a ir para a escola com camisa, chinelo, lápis. A gente foi vendo melhoria da qualidade de vida em geral e da alimentação, em particular”, relembra.

Segundo ela, as crianças de até cinco anos que estavam em famílias beneficiadas ganharam peso e cresceram consideravelmente mais que as que não ganhavam a verba. “É claro que o programa precisa estar articulado com conjunto de ações que possam permitir às famílias alcançar outros patamares sociais de vida. Chegamos a acompanhar, no final do ano (2006), pessoas que entregavam o cartão porque tinham feito curso

Roberta Aline/ MDS



Conferência de Segurança Alimentar realizada na Bahia, na última terça-feira, com a participação de autoridades e grupos organizados: mobilização

de manicure, de fazer salgados e já não precisavam mais”, afirma.

Aldenora González, 60 anos, moradora de Macapá, é uma das beneficiadas do programa desde 2016. Ela conta o contexto que a levou ao Bolsa Família. “Eu sempre trabalhei, não de carteira assinada, mas era casada. Mudou drasticamente a minha vida quando me separei, em 2014, porque dependia do meu marido. Aí fiquei muito vulnerável”, relembra. “Passei uns dois anos criando pato, galinha, vendendo ovos. Cheguei um momento que não era mais suficiente”, descreve.

Aldenora conta o constrangimento de ter de depender de uma ajuda estatal para obter renda. “Eu tinha muita vergonha na época. Tinha muita vergonha de usar o cartão, dos amigos sabermos que eu recebia o Bolsa Família. É muito estigmatizado. As pessoas acham que quem recebe o benefício não quer trabalhar e isso me afetava muito”, comenta.

À frente do Fórum Nacional de Usuários do Sistema Único de Assistência Social (FNU-SUAS), Aldenora auxilia outros beneficiários do programa a entender quais são os seus direitos e também a ganhar protagonismo. Ela mesma é um exemplo, conseguiu pagar uma faculdade de Ensino à Distância (EAD) e formou-se em Serviço Social. “Não é que as pessoas queiram, é que elas precisam. As pessoas querem trabalhar, mas elas precisam de oportunidade. As empresas poderiam fazer parcerias para que pessoas do Bolsa Família trabalhassem com elas”, sugere.

Sandra Chaves afirma que a maior conquista desta política pública, seria um dia deixar de ser necessária. “O que ainda não festejamos é ainda ser preciso fazer uma política de renda porque não conseguimos reduzir a desigualdade no país, tivemos um agravamento. O sucesso seria não precisar existir daqui alguns anos porque incluímos todos no circuito produtivo de educação, emprego e renda”, observa.

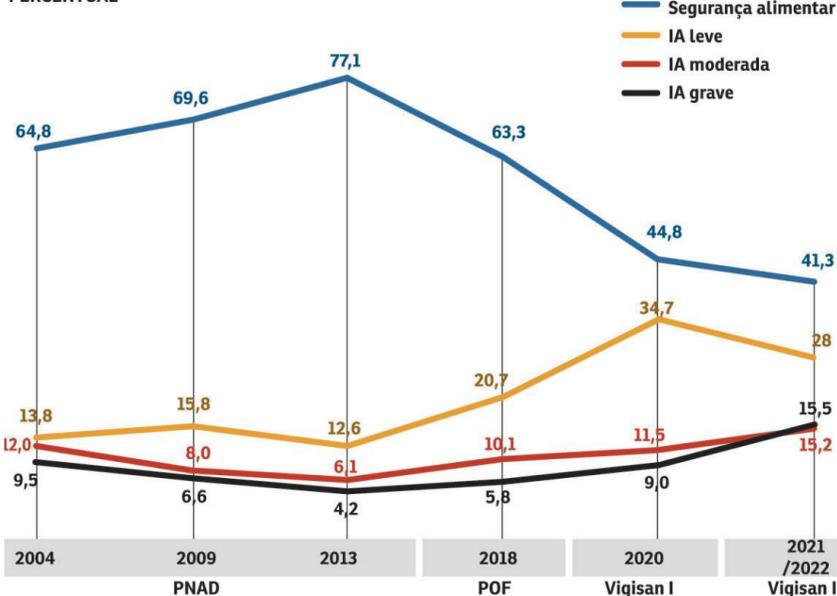
Os 20 anos do Bolsa Família serão comemorados hoje, às 11h, no Ministério de Desenvolvimento, Assistência Social e Combate à Fome. Lula participará por videoconferência, em sua primeira aparição pública após cirurgias.

Prato vazio

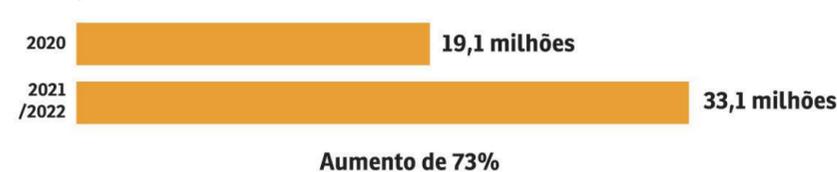
Estudos especializados analisam a evolução da segurança alimentar entre 2004 e 2022. O gráfico abaixo mostra o alastramento da fome no Brasil, particularmente entre 2020 e 2022, em razão da pandemia de covid-19. O percentual de famílias com alimentação assegurada começa a cair ininterruptamente a partir de 2013, chegando ao nível mais baixo em 2022.

Paralelamente, no mesmo período, os índices de insegurança alimentar (IA) têm variação ascendente, com exceção da modalidade leve, que registrou queda entre 2020 e 2022.

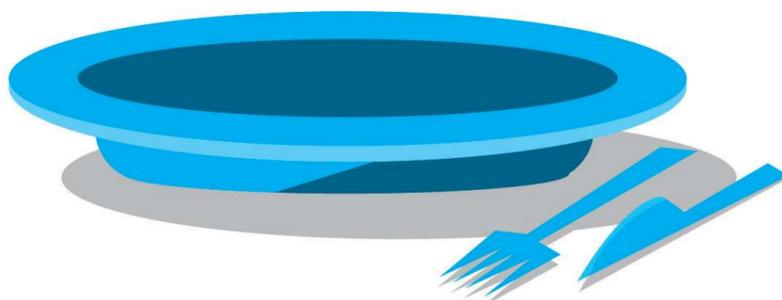
PERCENTUAL



POPULAÇÃO DE FAMINTOS



Fontes: Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios, Pesquisa de Orçamentos Familiares e Inquérito Nacional sobre Insegurança Alimentar no Contexto da Pandemia da Covid-19 no Brasil (Rede Pessan-Vigisan)



Lula decide marco temporal

» HENRIQUE LESSA

O presidente Luiz Inácio Lula da Silva decide, hoje, se veta, total ou parcialmente, ou se sanciona o projeto do marco temporal, aprovado mês passado no Congresso. O texto estabelece que novas demarcações de terras indígenas só serão possíveis em territórios que efetivamente eram ocupados pelos povos originários quando foi proclamada a Constituição, em 1988.

O desafio de Lula é que se ele vetar integralmente o texto, manda uma forte mensagem, desejada pela sua base de apoio, tanto na militância petista, como na da maioria dos partidos de esquerda e centro-esquerda. Mas essa decisão pode criar mais dificuldades para o petista, tanto no Parlamento, como com o agronegócio, setor que o governo vem tentando vencer a resistência e se aproximar.

Fontes indicam, reservadamente, que o presidente pode optar por um meio termo, fazendo vetos parciais, que poderiam neutralizar os efeitos considerados mais nocivos da lei. Esta tem sido a tese defendida pelo ministro-chefe da Advocacia Geral da União (AGU), Jorge Messias, que ontem garantiu que Lula ainda não tinha decidido o tema.

“O presidente está discutindo com toda a equipe ainda, ele deve anunciar uma posição amanhã (hoje). Mas não tem nenhuma definição ainda. O prazo é até amanhã, então até lá o presidente deve apresentar oficialmente uma posição”, disse o ministro na saída de um encontro no Senado com o relator do projeto de Reforma Tributária na Casa, o senador Eduardo Braga (MDB-AM).

A estratégia defendida por Messias também busca evitar colocar o governo no meio da disputa entre Congresso e o Supremo Tribunal Federal (STF), que tem sido acusado de invadir as prerrogativas do legislativo.

No mês passado, a Suprema Corte decidiu que o texto constitucional não criou nenhum tipo de marco temporal e que seu estabelecimento infringiria cláusula pétreia da Carta. A resposta do parlamento veio poucos dias depois, ao aprovar o projeto mesmo contrariando a decisão do STF.

O tema também é controverso no governo. Enquanto o advogado-geral da União — cotado para uma vaga no Supremo — defende uma solução a meio termo, o ministro da Agricultura, Carlos Fávaro, é favorável ao entendimento do Supremo. A indenização aos proprietários rurais de terras demarcadas, segundo Fávaro, garante segurança jurídica ao campo. Do outro lado, Paulo Teixeira (Desenvolvimento Agrário), Sonia Guajajara (Povos Indígenas), Marina Silva (Meio Ambiente) e Silvío Almeida (Direitos Humanos) pressionam Lula pelo veto total.

Existe outro cálculo político em curso. Como é grande a possibilidade de a norma do Congresso ser considerada inconstitucional mais à frente, interlocutores do governo defendem que o presidente sancione o texto na íntegra, deixando o desgaste com o Congresso apenas para o Supremo.